

O abençoado retorno da velha história

A partir do momento em que a história e as ciências sociais não só legalizaram o contrabando através das respectivas fronteiras, como o tornaram obrigatório, a primeira passou a compartilhar com as segundas, entre muitos outros quebra-cabeças, a necessidade de aclarar as relações entre «acção e estrutura». Foi o preço a pagar pela aquisição de um estatuto epistemológico mais elevado. A história veio, pois, a achar-se a braços com uma tarefa inexequível. Não que os historiadores tivessem alguma vez ignorado os condicionalismos a que está sujeita a acção dos homens. E não também que pela primeira vez se tentasse reduzir a história — entendida como a actividade do historiador — à mera decifração das «grandes forças», materiais ou espirituais, terrenas ou divinas, que supostamente a conduzem para um fim predeterminado, independentemente da vontade ou do arbítrio dos homens. As doutrinas deterministas são tão antigas quanto a reflexão dos homens sobre a sua natureza e sobre o seu destino. Mas essa velhíssima questão do papel do indivíduo na história — para usar uma expressão tradicional e não contaminada pela linguagem das ciências sociais — resolviam-na os historiadores sobretudo empiricamente, procurando avaliar em cada situação histórica concreta, tanto quando a evidência documental o permitia, em que medida os homens tinham sido fazedores de história ou tinham sido feitos por ela. Mesmo averiguada em concreto, caso a caso, a fronteira entre arbítrio e coacção revelava-se, ainda assim, difusa, impossível de estabelecer com a incisão de uma linha traçada a régua e esquadro. Fosse como fosse, difusa embora, a fronteira existia (da mesma maneira que existe uma fronteira entre facto e interpretação). Ora o historiador estava habituado a conviver com zonas sombreadas. Mas, através do comércio com as ciências sociais, a história contraiu a alergia à «desordem» que as caracteriza, ao mesmo tempo que incorporou na linguagem histórica muito do vocabulário especializado das ciências sociais.

Com as novas palavras a história incorporou, como não custa a compreender, novos problemas. Novos problemas que eram, na sua maior

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

parte, alheios à disciplina, tal como ela se definia tradicional e classicamente. E os historiadores então, em vez de tentarem explicar o papel do indivíduo na história da maneira que lhes é própria e natural — a saber, narrando situações históricas concretas —, passaram, também eles, a dedicar-se ao exercício especulativo de solucionarem teoricamente o mais intratável problema das ciências sociais: como detectar a estrutura no processo de devir; como discernir entre «história incorporada» e inovação radical; como resolver o «dilema da acção humana», simultaneamente («simbioticamente») determinada e indeterminada; como atacar este «fulcro inamovível na análise sociológica». Do labor conjugado das várias disciplinas das ciências sociais resultaram inumeráveis teorias sobre quais sejam as relações entre a longa duração e o acontecimento, entre sincronia e diacronia, entre a sociedade e o indivíduo, entre acção e estrutura. Quer dizer, proliferaram tentativas de explicação genérica e generalizável sobre o modo como estes termos antinómicos interagem e sobre o grau em que interagem; como e quanto se influenciam, condicionam e determinam reciprocamente; quantas instâncias medeiam a determinação, e em que exacta medida o fazem, até à última instância... Desde a perspectiva estrutural do marxismo, que, no limite, elimina como factor explicativo toda a acção não determinada e não determinável como efeito das estruturas sociais, passando pelas teorias da acção colectiva de Charles Tilly, que, não negando o potencial constrangedor das estruturas, concedem espaço a uma interpretação parcialmente subjectiva da história, até Giddens ou Bourdieu, que pretendem superar a incómoda antinomia através, no primeiro caso, da recuperação da temporalidade como parte integrante da teoria sociológica e, no segundo, da fusão dos dois termos da antinomia no engenhoso conceito de *habitus* (negando, pois, que eles se relacionem antinomicamente), não têm faltado os esforços para encontrar explicações «objectivas» acerca do que faz correr os homens ou do que os empurra para correr! «Objectivas», quer dizer, que eliminem a individualidade e a subjectividade humanas, tomando os homens como uma mera emanção da totalidade mais vasta em que se englobam, tomando-os como uma simples função — ou complexa função, mas função à mesma — de uma lógica abstracta da interacção entre estruturas. As sofisticadas verbais e conceptuais e as enfáticas advertências contra simplificações mecanicistas apenas servem, as mais das vezes, para encobrir a real impotência para de facto resolver o problema, quer teoricamente, quer operativamente.

E, realmente, não parece que o problema tenha sido até hoje resolvido, ou, pelo menos, que tenha sido resolvido a contento de todos. Ainda não se encontrou uma maneira, unanimemente reconhecida como válida, nem de eliminar a vontade dos homens (e portanto a sua liberdade) como factor da história, nem de explicar essa vontade unicamente por factores alheios ou exteriores à própria vontade: o indivíduo permanece irreduzível. Por outras palavras, quaisquer situações em apreço acabam quase sempre por se revelarem situações abertas, ou seja, largamente indeterminadas. Face a

é que ocorreu aquilo que ocorreu no contexto das múltiplas e variadas coisas que poderiam ter ocorrido. E, por conseguinte, por mais que se proclame a identidade metodológica da história e da sociologia (Giddens) — e, já agora, por que não também a identidade de objecto?! —, o certo é que o concreto, o singular, o contingente, a acção, o acontecimento, o indivíduo e os indivíduos subsistirão sempre como campo de conhecimento específico e típico da história e, por definição mesma, como campo essencialmente impermeável à ciência social. É possível, e é fácil, descrever, por exemplo, os mecanismos de intervenção política da coroa durante o constitucionalismo monárquico do século passado. Mas por que interveio o rei neste momento e não naquele? Por que interveio neste caso e não noutra aparentemente em tudo idêntico? Por que interveio a favor deste grupo e não daquele? Por que dissolveu as cortes, em vez de simplesmente as adiar? Onde está a regra, onde está a lei, ou até, mais modestamente, onde está estabelecido um padrão de exercício das prerrogativas régias, em termos suficientemente gerais e abstractos, que permita conhecer, isto é, prever, todas e cada uma das circunstâncias concretas em que o rei, por exemplo, dissolve ou adia as cortes? Tal regra, tal lei ou tal padrão não estão estabelecidos em parte nenhuma pelo motivo de que não são estabelecíveis. Com efeito, nenhum modelo é susceptível de fixar relações constantes entre as inúmeras variáveis que determinam a acção do monarca em momentos históricos que nunca se repetem com inteira semelhança. Um tal modelo não é concebível pelo motivo de que — a menos que se coloque o problema em termos filosóficos — saber onde acaba o determinismo e onde começa o livre arbítrio não é uma questão teoricamente solúvel, é uma questão eminentemente prática, que, por conseguinte, só pode ser analisada em cada situação concreta. É o que faz então o historiador a partir dos seus materiais privilegiados, que são o arsenal de factos por ele documentalmente estabelecidos, criteriosamente seleccionados e metodicamente ordenados numa sequência causal inteligível.

Desde que a história se pretendeu constituir como ciência social, deixou de saber ao certo qual é o seu objecto, quais são os seus conceitos, quais são os seus métodos: a disciplina adoeceu com uma crise de identidade bem patente na multiplicidade de propostas contraditórias com que se pretende restaurá-la. Pela minha parte, agrada-me ver ultimamente reconhecida a necessidade de levar em séria consideração o ressurgimento da narrativa e, com ele, a ressurreição da história como disciplina pertencente ao clássico campo de estudos denominado por «humanidades», que, voluntária e explicitamente, rejeita um estatuto de cientificidade para as suas preocupações e os seus produtos. Com o ressurgimento da narrativa reabilitam-se os temas tradicionais e típicos da história, pela razão de que a narrativa é a única forma adequada para responder àquelas perguntas que são tipicamente as perguntas do historiador. Como dizia — e fazia —, com toda a simplicidade, A. J. P. Taylor, o historiador deve escrever tendo em mente a pergunta inocente da criança: «E a seguir o que é que aconteceu?» Uma pergunta a que só se pode dar resposta contando — narrando, muito precisamente. E de que outra forma, senão narrando, se poderá dar resposta à omniscitida

pergunta de R. G. Collingwood: «O que levou Brutus a apunhalar César?» Um cientista nem sequer reconheceria a validade da questão: para ele não existe, por definição mesma, ciência do particular. De acordo com o paradigma das ciências exactas, «explicar» consiste em apontar a determinação de um fenómeno por uma lei geral. Ora acontece que apenas existiu um só Brutus que uma só vez matou César. E o que faz então o historiador? Conta o que se passou e, ao seleccionar, ordenar e hierarquizar os factos que lhe parecem relevantes, ele está, indissociavelmente, a explicar o que motivou o acto criminoso de Brutus e a tragédia pessoal de César. É que uma narrativa não consiste na reprodução de uma amálgama de factos de importância e significado desiguais, assim como não consiste na mera apresentação cronológica de acontecimentos desprovidos de nexos entre si. *Enquanto construção dramática*, a narrativa pressupõe a selecção e ordenação dos factos numa sequência de relações com pertinência significativa, *constituindo, por isso, a forma natural da explicação histórica*.

Com a narrativa, dir-se-á, regressam o arbitrário e o subjectivo, regressam temas impenetráveis a um escrutínio propriamente científico, ficando a história confinada ao tratamento de objectos residuais, qual caixote do lixo da ciência. Com a narrativa, lamentar-se-á, a história regride até à infância, volta a afundar-se nas trevas, donde esforçadamente se erguera, com os olhos postos nas ciências sociais, as suas irmãs mais velhas adoptivas.

Quanto ao arbitrário, não regressa, porque a história nunca o aceitou nem tolerou como princípio admissível — pelo menos desde que no século passado ficaram estabelecidas as exigências que devem presidir à sustentação documental da evidência aduzida e desde que a disciplina consagrou procedimentos de pesquisa, regras de verificação, critérios de imparcialidade e cânones de inferência que, se respeitados, garantem uma protecção satisfatória contra aquilo que o senso comum condena, e justamente, como arbitrariedade.

Quanto à subjectividade, também não regressa, mas pelo motivo oposto ao anteriormente invocado: ela nunca se ausentou, nem se vê como possa ausentar-se da actividade do historiador. Travestida de ciência social, a história tem-na apenas disfarçado ou ocultado. Fá-lo principalmente através da imposição de uma disciplina conceptual importada das ciências sociais e servida por um arsenal de termos técnicos destinados a impressionar o leitor. No limite, a linguagem histórica deveria ser tão árida, tão neutra e tão concisa como uma aritmética: uma forma de antiliteratura. Alguma nova história económica, por exemplo, não anda longe de querer falar apenas com números, dispensando as próprias palavras! Dito de outro modo: em nome do rigor científico, a história-ciência social quer-se depurada de sentimentos e emoções, asséptica e desumanizada como o texto de um decreto-lei. Na cruzada contra a subjectividade a história-ciência social renega a dimensão literária da história. Mas deixa então de ser possível contar as vidas

paralelas de Olivares e de Richelieu e de contrastar a má estrela de um com a boa fortuna do outro. E, se isso deixa de ser possível, então para que serve ou para que interessa a história?!

Serve ou interessa como campo de ilustração, no melhor dos casos como campo de verificação, para as hipóteses, teorias e interrogações das ciências sociais. Serve-lhes de socorro quando confrontadas com perplexidades ou notórias incongruências que o seu arsenal próprio de métodos e de dados lhes não permite resolver. À medida que este comércio interdisciplinar se estendeu, a história foi-se tornando mais «científica»: passou a validar as suas hipóteses, não já com base no testemunho objectivo dos documentos, mas com base nas teorias elaboradas noutros campos disciplinares, cujos preceitos adquiriram precedência em relação às tradicionais regras da crítica histórica. A velha hermenêutica cedeu, assim, o lugar a mais científicas «descodificações». No limite, o que está efectivamente escrito no documento não importa. Porque para as ciências sociais não importa o que os homens efectivamente pensam e dizem. E como poderia importar? As ciências sociais e a história-ciência social decretam que o mundo é feito de sonâmbulos. Elas se encarregam da «descodificação» do seu esbracejar inconsciente e dos seus cambaleios inseguros. É um mundo desprovido de *sujeitos*, apenas povoado de *agentes*... que agem sob a determinação das mais variadas coisas, menos da sua própria razão. Foi preciso chegar aqui para vencer a subjectividade do historiador e substituir este pelo cientista social. Com efeito, explicar (note-se que não digo «descodificar») o comportamento de um sujeito (note-se que não digo «prática» nem «actor»), isto é, explicar o comportamento de alguém que sente, pensa, decide e actua, exige, na verdade, um grande esforço de compreensão e empatia — sem dúvida, um exercício subjectivo por excelência e de racionalidade duvidosa (mau-grado os esforços de Weber para o revestir de dignidade racional). Mas o certo é que explicar a partir da compreensão empática pressupõe a capacidade de «vivermos» a subjectividade dos outros, de vibrarmos com as suas ambições, de nos infectarmos com as suas invejas, de partilharmos as suas vinganças, de nos emocionarmos com as suas paixões.

«Mas que terá tudo isto a ver com ciência?!», perguntar-se-á. E eu convenho que muito pouco ou até mesmo nada. Estou pronta a admitir que aquilo de que falo está mais próximo da literatura do que de uma disciplina científica conforme ao que por aí entende o paradigma das ciências exactas. As chamadas ciências sociais, apesar de alguma moderação adquirida nas últimas duas décadas, não renegaram, no essencial, esse paradigma. Pelo contrário. Veja-se precisamente o caso da sociologia histórica: é certo que renunciou à formulação de leis universais, mas a sua ambição nomotética persiste por trás do objectivo mais modesto que é o de detectar amplas regularidades causais.

Pessoalmente, desejaria que a história se assumisse como disciplina literária e se libertasse da tirania científica das ciências exactas, exercida por

intermédio das ciências sociais¹. Destas recebeu tantos, tão novos e tão variados objectos que ficou sem saber qual era o seu objecto próprio. Hipnotizada pelo rigor e neutralidade dos números e da quantificação, chegou a desejar a possibilidade de reduzir todas as suas asserções à pureza lógica de uma equação matemática. Fascinada pelo modelos de interpretação simbólica da antropologia, entusiasmou-se com o estudo dos fenómenos mais instintivos ocorridos nas sociedades passadas, escassa ou até insuficientemente documentados. Maravilhada com a sofisticação terminológica das ciências sociais, a história-ciência social banuiu o seu vocabulário próprio em benefício de um hermetismo que, tornando os seus produtos apenas acessíveis aos iniciados, a deixou, uma vez extinta a curiosidade passageira pela moda, sem leitores entre o público culto geral. Este efeito nem sempre foi ou é visto como um grave inconveniente: ganhou-se em respeitabilidade científica e reconhecimento académico o que se perdeu em prestígio e influência junto da opinião leiga.

Não subscrevo este balanço. E, ainda que correspondesse à verdade, não o consideraria positivo. Mas não corresponde. Nenhum físico, nenhum biólogo, até mesmo nenhum médico, considera a história como uma ciência em pé de igualdade com a sua. E, quanto a ter a história-ciência social obtido um acréscimo de legitimidade universitária, isso deve-se menos à sua maior cientificidade do que ao reconhecimento de que há saberes não científicos que nem por isso são menos dignos de representação académica: não exigem menor cultura geral e especializada, nem menor domínio técnico, nem menor profissionalismo, nem menor talento e aplicação.

O renascimento da narrativa trará consigo o renascimento da história, não como ciência social, mas como *disciplina literária*. Como tal, a história reabilitará o seu terreno de pesquisa tradicional — a política, as grandes figuras, as instituições, a história do pensamento e das ideias, a diplomacia e as relações internacionais, a história militar e constitucional. Nenhuma das grandes questões, nenhuma das perguntas importantes que há a formular em qualquer destes terrenos, é susceptível de ser respondida em termos que deixem o historiador inteiramente descomprometido. Não há para este tipo de interrogações respostas ditas «científicas», isto é, que sejam «verdadeiras» independentemente das preferências, dos valores, da *Weltanschauung* do historiador — do mesmo modo que a teoria da termodinâmica é «verdadeira» independentemente do que pensa, gosta ou sente o cientista. Não porque o historiador tenha por natureza ou vocação um temperamento especialmente opinático ou porque sofra de uma qualquer patologia de espírito que o iniba de se abstrair dos seus preconceitos. Muito pelo contrário, porque aquilo

¹ Foi ao Doutor Vasco Pulido Valente, há muitos anos atrás, que primeiro ouvi definir a história como uma disciplina literária. Nessa altura, em que atravessava a minha fase mais aguda de althusserianismo, fiquei perplexa e escandalizada. À medida que os anos foram decorrendo, passei a ouvi-lo repetir a mesma coisa cada vez com maior naturalidade, até acabar eu própria convencida disso mesmo. Mais recentemente, ouvi-o dizer que a história é uma forma de arte e já não me senti chocada.

que o historiador sente e gosta, é precisamente o que lhe permite julgar homens, avaliar factos, ponderar situações, por forma a determinar o que é que foi a causa de quê.

Por que é que Brutus matou César?! Por mais verosímil e convincente que seja a resposta, ela é insusceptível de ser «cientificamente», *verificada*. Dentro dos limites impostos pelos testemunhos documentais, a sua validade repousará sempre, por conseguinte, sobre a plausibilidade, sobre a solidez lógica e sobre a consistência dramática do meu argumento. Coisas, todas estas, intimamente dependentes daquilo que o gosto educado celebra consensualmente como qualidade literária: rigor verbal, simplicidade, clareza e elegância de estilo. Atrevo-me a dizer que, tal como nos romances, não pode haver uma boa história mal escrita. E apenas para não forçar a nota polémica me coíbo de defender que, no limite, não há diferença sensível entre forma e conteúdo. Imagine-se uma bióloga que descobre as leis que regem a divisão do trabalho numa particular comunidade de carochas e admita-se que a referida bióloga é inteiramente desprovida de toda a aptidão literária. As leis por ela descobertas não se tornam falsas pelo facto de serem mal descritas. Pelo contrário, erros de gramática, atropelos de sintaxe, impertinência verbal, ambiguidades, incongruências, redundâncias, inutilizam as descobertas do historiador.

De maneira alguma me proponho assimilar a história a uma pura ficção. Lá por não ser científica, no sentido estrito e convencional das ciências exactas, nem por isso é arbitrária. Não é subjectividade à solta. É uma disciplina literária, mas de um género literário específico, com regras próprias e rigorosas (como, aliás, todos os géneros). Contrariamente à ficção, os factos estão sujeitos a verificação documental, e, diversamente do realismo mágico, por exemplo, a história tem de respeitar regras de inferência conformes à lógica aceite pelo senso comum e tem de satisfazer requisitos de coerência exigidos pela lógica. Escuso de enumerar o extenso rol de regras e procedimentos a que está sujeito o exercício do nosso ofício. Haverá quem diga que não impedem o recurso à imaginação, e eu até digo, pelo contrário, que o não dispensam. Dir-se-á por isso que nenhuma objectividade é possível, já que tanto perde o estado de graça quem pecou uma vez como quem pecou muitas. Não me sentindo habilitada para discussões filosóficas, limito-me a observar que alguma objectividade há-de forçosamente ser possível; caso contrário, não conseguiríamos comunicar. Alguma — não sei quanta, mas sei que basta: para comunicarmos, não parece necessário que exista entre nós uma absoluta identidade de percepção do que vemos e ouvimos.

Com o renascimento da narrativa renasce a história como disciplina literária. O que ela exprime não é uma ou várias verdades a respeito do que quer que seja; o que ela revela não é o seu próprio sentido ou o fim último da humanidade. O que ela exprime e revela é a opinião do historiador sobre o mundo: sobre os homens e o que os move, sobre o poder, sobre a riqueza e a miséria, sobre a ambição e a fraqueza, sobre os políticos, sobre a guerra, sobre a sociedade, sobre as causas do fracasso e sobre os meios do sucesso.

Com uma ressalva capital, que a distingue de outras formas de arte: tem de ser uma opinião *informada*. Creio que é isto o que a história é e pode ser: *uma disciplina literária que exprime uma opinião informada sobre o mundo*. Não vejo nisso nada de menor: pessoalmente, acho das coisas mais difíceis de se ter.

Revivendo como disciplina literária, recusando sacrifícios a exigências de cientificidade que não a fazem mais científica e apenas a tornam mais obscura e humanamente menos interessante, a história estará em condições de se libertar do gueto académico em que tendeu a encerrar-se. Furando o círculo dos escassos especialistas a que actualmente se dirige, poderá ser novamente consumida pelo grande público culto, mas não iniciado. A leitura de um bom livro de história não requer mais inteligência do que um romance de Flaubert. Anthony John Percival Taylor, um dos mais prestigiados académicos ingleses deste século, explicou um dia que a divulgação nunca o obrigara a rebaixar a qualidade científica e o nível erudito das suas obras — apenas o obrigava a tornar mais explícitos os seus pressupostos.